

A IDEIA DE EUROPA DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA AO SÉCULO XXI

José Pedro Teixeira Fernandes

Conferência-debate sobre Relações Internacionais
**(a propósito do lançamento em Portugal do livro de George
Steiner «A Ideia de Europa»)**

Tema:
A ideia de Europa

Livraria Almedina do Arrábida Shopping

1/Abril/2006

Cinco axiomas para definir a Europa: o café; a paisagem a uma escala humana que possibilita a sua travessia; as ruas e praças nomeadas segundo estadistas, cientistas, artistas e escritores do passado [...]; a nossa descendência dupla de Atenas e Jerusalém; e, por fim, a apreensão de um capítulo derradeiro, daquele famoso ocaso hegeliano que ensombra a ideia e a substância da Europa mesmo nas suas horas mais luminosas.

George Steiner (2004: 44)

Índice

1. A Europa da Antiguidade Clássica Greco-Romana
2. A Europa da Idade Média
3. A Europa do Renascimento e do Iluminismo
4. A Europa do século XIX e da I Guerra Mundial
5. A Europa da II Guerra Mundial e da Guerra Fria
6. A Europa do pós-Guerra Fria
7. A ideia de Europa no século XXI: reflexões finais

1. A Europa da Antiguidade Clássica Greco-Romana¹

A origem da palavra «Europa» encontra-se na Antiguidade Clássica grega: a deusa Europa era filha de Agenor, rei da Fenícia.

No Mundo Antigo, para além da narrativa mitológica, a palavra serviu também para designar um «continente»: a terra helénica situada na margem esquerda do mar Egeu, a Ocidente do Bósforo, por oposição à terra («continente») situada no seu Oriente, designada por Ásia.

Com a ascensão do Império Romano e a sua subsequente conquista do mundo helénico, a palavra continuou a ser conhecida e utilizada, embora não de uma maneira auto-identificativa. Isto porque o Império Romano não era continental, mas mediterrânico.

¹ O texto desta comunicação é, em grande parte, baseado no artigo «As Metamorfoses da Europa» que publicamos no nº 60 da revista *História* de Outubro de 2003, pp. 42-49.

2. A Europa da Idade Média

A **divisão do Império Romano** no século IV da era Cristã (392), entre Império Romano do Ocidente (com capital em Roma) e Império Romano do Oriente (com capital em Constantinopla/Bizâncio), e a posterior **queda de Roma no século V (476)**, às mãos dos invasores «bárbaros», levou à **desintegração das províncias do «Ocidente»**, provocando uma primeira ruptura na (relativa) unidade do Mundo Antigo.

A **segunda ruptura** ocorreu cerca de dois séculos mais tarde, quando uma revolução religiosa (o Islão), levou à **conquista Árabe-Muçulmana** de grande parte da Ásia do Império Romano e de toda a África desse império, desde o Egito até ao actual Magrebe, incluindo a «europeia» Península Ibérica.

Estes acontecimentos provocaram uma dupla separação da Europa das outras terras mediterrânicas, e, como consequência desta separação, uma **«migração» do conceito geográfico de «Europa» para o Ocidente**, ao ponto de esta passar a definir uma península Atlântica, chamando-lhe continente.

Esta «migração da Europa» para o Ocidente não pode também ser compreendida sem uma **referência ao Cristianismo** e ao seu profundo impacto sobre este «processo migratório».

Religião nascida nas províncias da Ásia do Império Romano, conheceu nos primeiros séculos da era cristã uma expansão significativa sobretudo nas áreas geográficas que, a após a divisão do Império Romano, ficaram sob **controlo de Constantinopla/Bizâncio**, as quais abrangem **as zonas mais antigas de cristianização**.

Embora mais tardia a expansão ocorrida do lado Ocidental do Império Romano (Península Ibérica, França, Países Baixos) e nas regiões a Norte deste que, na sua esmagadora maioria, nunca lhe estiveram submetidas (parte das Ilhas Britânicas, a Germânia e a Escandinávia), esta foi bastante mais duradoura e consistente, prolongando-se por quase toda a Idade Média.

É através de um complexo processo de fusão entre a cultura da Antiguidade Clássica greco-latina, as práticas culturais dos «bárbaros» que puserem fim ao poder imperial de Roma e ocuparam os seus territórios, e a tradição cristã

(latina) medieval que progressivamente se impôs a essas populações, que se explica a «migração da Europa» para o Ocidente.

Uma dos aspectos mais interessantes deste complexo processo de **migração/transformação da «Europa» foi o facto da palavra quase ter desaparecido** (sendo reduzida a uma mera expressão geográfica): os termos mais frequentemente utilizados eram **Cristandade e Ocidente**.

A explicação da falta de utilização da palavra no período medieval encontra-se, provavelmente, ligada quer às suas **raízes mitológicas «pagãs»**, quer à sua **conotação com os territórios do Império Bizantino «oriental»**. Daí que o Cristianismo latino, especialmente após o cisma ocorrido no século XI, em 1054, preferisse identificar-se como **«Cristandade ocidental»**.

3. A Europa do Renascimento e do Iluminismo

É no período que começa no Renascimento (século XV) e que vai até ao Iluminismo (século XVIII), que a palavra «Europa» é progressivamente reintroduzida.

À recuperação da palavra não foi estranho o extraordinário interesse do Renascimento pela cultura clássica greco-romana, sendo a(s) sua(s) mitologia(s) fonte de inspiração em numerosas obras literárias, de pintura, de escultura, e arquitectónicas.

Por outro lado, a este processo não foi também indiferente o cada vez mais frequente contacto com povos originários de outros continentes, que eram totalmente estranhos aos europeus, especialmente a partir da expansão e colonização iniciada pelos descobrimentos portugueses, no século XV.

Mas uma outra razão explica a **crescente utilização de uma palavra «laica»** - a «Europa» -, ocorrida sobretudo a partir dos séculos XVII/XVIII, em **detrimento de uma palavra de conotação religiosa** - o «Ocidente» - que era a «Cristandade Ocidental» medieval. A (relativa) unidade sob a

Respublica Cristiana medieval entrou em colapso nos séculos XVI/XVII, no meio de uma grande turbulência provocado pelo impacto religioso-político das doutrinas de Lutero e Calvino, o qual levou à fragmentação do Cristianismo Latino, entre Católicos e Protestantes.

O antagonismo entre a reforma protestante e a contra-reforma católica culminou na chamada «Guerra dos Trinta Anos», que devastou o Ocidente cristão no século XVII. A subsequente paz de Vestefália (1648) abriu, no plano político, o caminho para a progressiva afirmação do moderno Estado soberano. E também abriu o caminho ao processo de separação (e posterior submissão), do poder religioso ao poder político do Estado, e da criação de um aparelho estadual secular, tal como hoje o conhecemos no «Ocidente».

Esse caminho foi seguido pelo **Iluminismo** do século XVIII. É a este que se deve a (re)definição da **Europa como «Civilização», a qual se opunha à «barbárie»**. Foi também neste período que a questão dos limites geográficos da Europa a Leste se converteu num tema frequente de discussão, coincidindo com a **aproximação da Rússia ao Ocidente**, feita por **Pedro o Grande**, simbolizado na fundação da nova capital: S. Petersburgo.

4. A Europa do século XIX e da I Guerra Mundial

No início do século XIX o príncipe de **Metternich**, chanceler do Império Austríaco e principal artífice da ordem europeia saída Congresso de Viena de 1815, afirmava que a «**a Ásia começa na 'Landstrasse'**», a estrada real que saía para o Sul e para Leste e que ligava Viena às planícies da Hungria.

Numa linha similar, **Otto von Bismarck**, o «chanceler de ferro» da Prússia, que foi o grande unificador da Alemanha imperial novecentista, afirmou que «**os Balcãs não valem os ossos de um soldado da Pomerânia**».

Por sua vez, o **arquiduque Francisco Fernando**, o herdeiro do trono da Áustria-Hungria cujo assassinato, em 1914, esteve na origem directa do desencadear da I Guerra Mundial, terá comentado que «**foi um acto de mau gosto dos húngaros terem vindo para a Europa**».

Nesta visão eurocêntrica, a designação de «**Próximo Oriente**» referia-se à área do Mediterrâneo Oriental, no qual se incluíam os **Balcãs**. Como afirmava o escritor britânico, **Rudyard Kipling**, o «Oriente era Oriente e o

Ocidente era Ocidente» e, pelos parâmetros europeus novecentistas, o Sudeste Europeu era mesmo «Oriente».

Não deixa de ser irónico verificar a transformação que a ideia de «Europa» sofreu, quando comparado o significado geográfico que os gregos lhe davam na Antiguidade: a alteração foi tão grande que **a zona geográfica à qual o termo foi originalmente aplicado (grosso modo a Península Balcânica), passou a ser só «marginalmente» é representada como europeia.**

A representação dominante dos Balcãs e do Império Otomano feita pelos «europeus» século XIX e início do século XX, como um *alien* do Sudeste (a excepção era Grécia ligada umbilicalmente à «Europa» pela cultura clássica), permitia resolver, a bem ou a mal, o problema do limite da «Europa» nessa zona geográfica.

Mas é também necessário analisar como era resolvida a questão da sua configuração a Leste. Face à inexistência de um limite natural como o Atlântico a Ocidente e a Norte, e o Mediterrâneo a Sul, a análise questão do *limes* (fronteira) da Europa remete inevitavelmente para a relação da

«Europa» com a Rússia, e à maneira como esta é percebida pelos «europeus».

A delimitação que se impôs desde o século XIX e primeira metade do século XX – com os **montes Urais e os rios Emba/Kerch a funcionarem como *limes*** –, é essencialmente uma convenção geográfica, que continua a deixar a questão em aberto.

5. A Europa da II Guerra Mundial e da Guerra Fria

No século XX, após a II Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria em que se envolveram as superpotências – EUA e ex-URSS – secundadas pelos respectivos aliados, foi amplamente dominada por disputas político-ideológicas e de zonas influência.

É este contexto histórico que permite compreender o facto de a referência à «Europa», no singular, ter sido largamente preterida por um referência plural/dicotómica a **duas Europas – a Ocidental e a de Leste**.

A «**Europa Ocidental**» era parte integrante do «**Mundo Livre**» e abrangia, grosso modo, os Estados europeus que aceitavam as regras da democracia liberal e do capitalismo de mercado, por oposição à «**Europa de Leste**» das «**democracias populares**» que, por sua vez, se auto representavam como as verdadeiras democracias, por oposição àquilo que consideravam ser as caricaturas burguesas-liberais da «Europa Ocidental».

Se a representação dominante de Europa no plural, de «Europa Ocidental» e de «Europa de Leste», foi construída por razões político-estratégicas

associadas ao interesse da superpotência dominante do «Mundo Livre», o mesmo se pode dizer das (contra)conceptualizações que então surgiram.

A primeira foi a do **general Charles de Gaulle**, o qual propôs, no início dos anos 60 do século XX, uma única «**Europa do Atlântico aos Urais**», que designou por *Europe des Patries*. Este conceito, que apelava à ideia de unidade da geografia e da cultura «europeias», foi essencialmente desenvolvido por motivações político-estratégicas: a vontade de quebrar com as esferas de influência das superpotências, abrindo caminho a um papel político de relevo da França.

A segunda foi proposta pelo último presidente da ex-URSS, **Mikhail Gorbatchev** que, década 80, desenvolveu a ideia de uma «**Casa Comum Europeia**». À semelhança da ideia da «Europa do Atlântico aos Urais» do general Charles de Gaulle, também apelava à ideia duma unidade da geografia e da cultura «europeias», por intuítos político-estratégicos: a procura de novas formas de influência da ex-União Soviética no espaço europeu, quando se começava a tornar claro que, por falência do modelo económico-social soviético, a sustentação da «Europa de Leste» era inviável.

6. A Europa do pós-Guerra Fria

Com a desagregação da antiga URSS e da sua esfera de influência na Europa de Leste, as Comunidades, transformadas em União Europeia, envolveram-se no maior processo de alargamento da sua história. Deste modo, em 2004, surgiram dez novos Estados-membros; em 2007 prevê-se a adesão de mais dois: a Roménia e a Bulgária; quanto à Croácia e à Turquia já são também candidatos à adesão, com processos negociais em aberto.

No contexto actual, é sobretudo **a candidatura** deste último Estado – a **Turquia – que torna a questão dos limites geográficos e culturais/civilizacionais da Europa**, não só um desafio intelectual, como um **problema bem real** para os decisores políticos da União Europeia.

Importante notar que nem nos Tratados fundadores das Comunidades (Tratados de Paris e de Roma), nem nos mais recentes desenvolvimentos da actual União Europeia (tratados de Maastricht, Amesterdão e Nice), existe qualquer referência explícita ao contornos geográficos, culturais e políticos da Europa. Esta omissão é relevante na medida em que deixa em aberto a questão de saber quem pode ser membro da União Europeia.

Nos anos 90 foi necessário abordar esta delicada questão devido aos alargamentos ao Leste europeu. Na altura, a ideia dos decisores da UE, foi delinear alguns **princípios gerais e abstractos, evitando o «terreno pantanoso» da geografia e da cultura.**

Daqui resultaram os **chamados «critérios de Copenhaga»**: i) Estado de direito democrático; ii) economia de mercado com capacidade competitiva; iii) capacidade de observância das obrigações inerentes à adesão; iv) e criação de mecanismos que permitam a transposição do direito europeu para a legislação nacional.

Na Convenção Europeia presidida por Valéry Giscard d'Estaing o tema voltou a estar no centro das atenções e da polémica. **O Tratado Constitucional Europeu** refere-se àquilo que o **artigo I-58** explicita como sendo «**os critérios de elegibilidade e processos de adesão à União**».

Atente-se no seu teor:

1. **A União está aberta a todos os Estados europeus que respeitam os valores a que se refere o artigo 2º** [dignidade humana, liberdade, democracia, Estado de direito, direitos do Homem] e se comprometem a promovê-los em comum.
2. **Qualquer Estado europeu** que deseje tornar-se membro da União poderá dirigir ao Conselho um pedido nesse sentido [...] O Conselho

pronuncia-se por unanimidade, depois de consultar a Comissão e após a aprovação do Parlamento Europeu.

O que de imediato salta à vista é a questão de saber o que é um «Estado europeu», para efeitos de poder ser membro da União Europeia. A verdade é que o texto do Tratado Constitucional Europeu não o explicita, e os entendimentos estão longe de ser consensuais. **A questão mantêm-se em aberto.**

7. A ideia de Europa no século XXI: reflexões finais

É entre os filhos frequentemente cansados, divididos e confundidos de Atenas e de Jerusalém que poderíamos regressar à convicção de que a «vida não reflectida» não é efectivamente digna de ser vivida.

Georges Steiner (2004: 55)

Esta breve retrospectiva histórica da ideia de Europa faz sobressair a percepção de que estamos perante uma realidade com frequentes mutações.

É inquestionável a existência de uma **evolução/transformação da ideia Europa**, desde a sua origem na Grécia da Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média, até à actual União Europeia. O debate de hoje reflecte e alimenta-se das transformações do passado, permitindo sustentar perspectivas contraditórias, algumas até manifestamente irreconciliáveis.

Em termos **diplomáticos**, pode-se compreender que União Europeia tenha **evitado traçar um conceito jurídico-político de Europa**, pois este passaria a funcionar como critério de inclusão/exclusão dos eventuais candidatos, retirando-lhe margem de manobra política.

Todavia, o problema é que esta **atitude deliberadamente «evasiva»** tem **custos importantes**, em termos de **incerteza e credibilidade**, quer interna, quer externa. A sensação que fica é a de que a União Europeia está a seguir um caminho sem ter uma **ideia clara sobre o que pretende ser** e que não há **um projecto político e estratégico**, coerente e viável, como seria de esperar num assunto desta importância.

Bibliografia

Le Goff, Jacques (1994), *La Vieille Europe et la nôtre* (trad. port., 1995, A Velha Europa e a Nossa), Lisboa: Gradiva.

Morin, Edgar (1987), *Penser l'Europe* (trad. port., 1988, Pensar a Europa), Lisboa: Publicações Europa-América.

Nemo, Philippe (2004), *Qu'est-ce que l'Occident?*, Paris: Quadrige/PUF.

Pagden, Anthony [ed.] (2002), *The Idea of Europe: From Antiquity to the European Union*, Cambridge: Woodrow Wilson Center Press-Cambridge University Press.

Steiner, George (2004), *The Idea of Europe* (trad. port., 2005, A Ideia de Europa), Lisboa: Gradiva.

Teixeira Fernandes, José Pedro (2003), «As Metamorfoses da Europa» in *História*, nº 60, Outubro, pp. 42-49.